

DESTAQUES DE LEGISLAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO

- Actos publicados na I e II Série -

NEWSLETTER DIGESTO Nº 05/2011

Disponibilização: 14 de Março de 2011

Período abrangido: 28 de Fevereiro a 11 de Março de 2011

ÍNDICE TEMÁTICO

1. ADMINISTRAÇÃO ELECTRÓNICA E SIMPLIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA

2. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

3. AGRICULTURA, CAÇA E PESCAS

- **AGRICULTURA/AGRO-PECUÀRIA**
- **VETERINÁRIA**

4. AMBIENTE

5. ASSOCIAÇÕES

6. CIDADANIA

7. CIDADÃOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS

8. COMÉRCIO

9. CONSUMIDORES

10. CULTURA

11. EDUCAÇÃO

12. EMPRESAS

13. ENERGIA

14. FINANÇAS

- **CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS**
- **QUESTÕES CONTABILÍSTICAS**

15. INDÚSTRIA

16. JOGOS DE FORTUNA E AZAR

17. JUSTIÇA

- **REGISTOS**

18. JUVENTUDE

19. REGIÕES AUTÓNOMAS

- **AÇORES**
- **MADEIRA**

20. SAÚDE

21. TRABALHO

- **FORMAÇÃO PROFISSIONAL**

22. TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

- **SEGURANÇA RODOVIÁRIA**
- **TRANSPORTES**

23. TURISMO E LAZER

1. ADMINISTRAÇÃO ELECTRÓNICA E SIMPLIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA

[PORTARIA n.º 89/2011, de 28 de Fevereiro](#)

(MINISTÉRIO DA JUSTIÇA)

Disponibiliza novos postos de atendimento do serviço Associação na Hora.

2. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

[DECRETO-LEI n.º 29/2011, de 28 de Fevereiro](#)

(MINISTÉRIO DA ECONOMIA, DA INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO)

Estabelece o regime jurídico aplicável à formação e execução dos contratos de desempenho energético que revistam a natureza de contratos de gestão de eficiência energética, a celebrar entre as entidades públicas e as empresas de serviços energéticos.

3. AGRICULTURA, CAÇA E PESCAS

• AGRICULTURA/AGRO-PECUÁRIA

[DESPACHO n.º 4187/2011, de 04 de Março](#)

(MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS)

Determina a subvenção a atribuir por bovino, ovino ou caprino.

[PORTARIA n.º 96/2011, de 08 de Março](#)

(MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS)

Segunda alteração à Portaria n.º 178/2007, de 9 de Fevereiro, que regulamenta o exercício das competências ou atribuições das diferentes entidades que participam na execução das intervenções sanitárias do Programa Nacional de Saúde Animal bem como a modalidade de apoios do Estado às acções executadas pelas organizações de produtores pecuários e, ainda, o pagamento pelos criadores das acções executadas pelos serviços oficiais.

• VETERINÁRIA

[PORTARIA n.º 96/2011, de 08 de Março](#)

(MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS)

Segunda alteração à Portaria n.º 178/2007, de 9 de Fevereiro, que regulamenta o exercício das competências ou atribuições das diferentes entidades que participam na execução das intervenções sanitárias do Programa Nacional de Saúde Animal bem como a modalidade de apoios do Estado às acções executadas pelas organizações de produtores pecuários e, ainda, o pagamento pelos criadores das acções executadas pelos serviços oficiais.

4. AMBIENTE

[DECRETO-LEI n.º 36/2011, de 09 de Março](#)

(MINISTÉRIO DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO)

Estabelece obrigações relativas à exportação e importação de produtos químicos perigosos, assegurando a execução na ordem jurídica nacional do Regulamento (CE) n.º 689/2008, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de Junho de 2008.

[PORTARIA n.º 101/2011, de 11 de Março](#)

(MINISTÉRIO DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO)

Estabelece um regime excepcional aplicável à iniciativa «Projecto limpar Portugal».

5. ASSOCIAÇÕES

[PORTARIA n.º 89/2011, de 28 de Fevereiro](#)

(MINISTÉRIO DA JUSTIÇA)

Disponibiliza novos postos de atendimento do serviço Associação na Hora.

[DECRETO-LEI n.º 36-A/2011, de 09 de Março](#)

(MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA)

Aprova os regimes da normalização contabilística para microentidades e para as entidades do sector não lucrativo e transpõe a Directiva n.º 2009/49/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de Junho, e a Directiva n.º 2010/66/UE, do Conselho, de 14 de Outubro.

6. CIDADANIA

[LEI n.º 5/2011, de 02 de Março](#)

(ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA)

Lei das Ordens Honoríficas Portuguesas.

7. CIDADÃOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS

[PORTARIA n.º 98/2011, de 09 de Março](#)

(MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO)

Estabelece a uniformização das regras de concessão de apoios financeiros às instituições particulares de solidariedade social e outras entidades sem fins lucrativos que desenvolvem actividade no âmbito da educação especial e revoga a Portaria n.º 776/99, de 30 de Agosto.

8. COMÉRCIO

[DECRETO-LEI n.º 36/2011, de 09 de Março](#)

(MINISTÉRIO DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO)

Estabelece obrigações relativas à exportação e importação de produtos químicos perigosos, assegurando a execução na ordem jurídica nacional do Regulamento (CE) n.º 689/2008, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de Junho de 2008.

9. CONSUMIDORES

[LEI n.º 6/2011, de 10 de Março](#)

(ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA)

Procede à terceira alteração à Lei n.º 23/96, de 26 de Julho, que «Cria no ordenamento jurídico alguns mecanismos destinados a proteger o utente de serviços públicos essenciais».

[DECRETO-LEI n.º 37/2011, de 10 de Março](#)

(MINISTÉRIO DA ECONOMIA, DA INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO)

Altera o regime dos contratos de utilização periódica de bens, de aquisição de produtos de férias de longa duração, de revenda e de troca (time sharing), transpondo a Directiva n.º 2008/122/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de Janeiro de 2009.

10. CULTURA

[DECRETO-LEI n.º 35/2011, de 08 de Março](#)

(MINISTÉRIO DA CULTURA)

Cria a Cõa Parque - Fundação para a Salvaguarda e Valorização do Vale do Cõa e aprova os respectivos Estatutos.

[DESPACHO n.º 4406-A/2011, de 10 de Março](#)

(MINISTÉRIO DA CULTURA)

Altera os indicadores constantes do Aviso n.º 24202-A/2010, de 22-Novembro, que comunicou a todos os interessados a abertura de procedimentos para apresentação de candidaturas para as modalidades de Apoio Anual (2011) e de Apoio Bienal (2011-2012).

11. EDUCAÇÃO

[PORTARIA n.º 95/2011, de 07 de Março](#)

(MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO)

Define as condições de funcionamento do estudo acompanhado para os alunos com efectivas necessidades de apoio.

[PORTARIA n.º 98/2011, de 09 de Março](#)

(MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO)

Estabelece a uniformização das regras de concessão de apoios financeiros às instituições particulares de solidariedade social e outras entidades sem fins lucrativos que desenvolvem actividade no âmbito da educação especial e revoga a Portaria n.º 776/99, de 30 de Agosto.

12. EMPRESAS

[DECRETO-LEI n.º 33/2011, de 07 de Março](#)

(PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS)

Adopta medidas de simplificação dos processos de constituição das sociedades por quotas, passando o capital social a ser livremente definido pelos sócios.

13. ENERGIA

[DECRETO-LEI n.º 29/2011, de 28 de Fevereiro](#)

(MINISTÉRIO DA ECONOMIA, DA INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO)

Estabelece o regime jurídico aplicável à formação e execução dos contratos de desempenho energético que revistam a natureza de contratos de gestão de eficiência energética, a celebrar entre as entidades públicas e as empresas de serviços energéticos.

[DECRETO-LEI n.º 34/2011, de 08 de Março](#)

(MINISTÉRIO DA ECONOMIA, DA INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO)

Estabelece o regime jurídico aplicável à produção de electricidade por intermédio de instalações de pequena potência, designadas por unidades de miniprodução.

[PORTARIA n.º 99/2011, de 11 de Março](#)

(MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DA ECONOMIA, DA INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO)

Actualiza as taxas do imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos (ISP).

14. FINANÇAS

• CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

[PORTARIA n.º 92-A/2011, de 28 de Fevereiro](#)

(MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA)

Define os elementos que integram o dossier fiscal, aprova novos mapas de modelo oficial e revoga a Portaria n.º 359/2000, de 20 de Junho.

[PORTARIA n.º 99/2011, de 11 de Março](#)

(MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DA ECONOMIA, DA INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO)

Actualiza as taxas do imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos (ISP).

• QUESTÕES CONTABILÍSTICAS

[DECRETO-LEI n.º 36-A/2011, de 09 de Março](#)

(MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA)

Aprova os regimes da normalização contabilística para microentidades e para as entidades do sector não lucrativo e transpõe a Directiva n.º 2009/49/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de Junho, e a Directiva n.º 2010/66/UE, do Conselho, de 14 de Outubro.

15. INDÚSTRIA

[DECRETO-LEI n.º 38/2011, de 11 de Março](#)

(MINISTÉRIO DA ECONOMIA, DA INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO)

Alarga o âmbito de aplicação das regras relativas à etiquetagem e marcação de produtos têxteis a uma nova fibra têxtil (melamina) e estabelece os métodos de análise quantitativa de certas misturas binárias de fibras têxteis, transpondo a Directiva n.º 96/73/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de Dezembro, alterada pelas Directivas n.os 2006/2/CE, da Comissão, de 6 de Janeiro, 2007/4/CE, da Comissão, de 2 de Fevereiro, e 2009/122/CE, da Comissão, de 14 de Setembro, e a Directiva n.º 2009/121/CE, da Comissão, de 14 de Setembro, procedendo à quarta alteração do Decreto-Lei n.º 163/2004, de 3 de Julho.

16. JOGOS DE FORTUNA E AZAR

[DECRETO-LEI n.º 31/2011, de 04 de Março](#)

(MINISTÉRIO DA ECONOMIA, DA INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO)

Regula o exercício da actividade de exploração do jogo do bingo.

[PORTARIA n.º 102/2011, de 11 de Março](#)

(MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL)

Aprova o Regulamento do jogo social do Estado denominado Totoloto, altera o Regulamento do JOKER e revoga a Portaria n.º 553/2001, de 31 de Maio.

17. JUSTIÇA

[RESOLUÇÃO n.º 17/2011, de 04 de Março](#)

(PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS)

Aprova as orientações e medidas prioritárias tendentes à concretização de reformas com vista ao melhoramento da eficiência operacional da justiça.

[LEI n.º 6/2011, de 10 de Março](#)

(ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA)

Procede à terceira alteração à Lei n.º 23/96, de 26 de Julho, que «Cria no ordenamento jurídico alguns mecanismos destinados a proteger o utente de serviços públicos essenciais».

[ACÓRDÃO n.º 5/2011, de 11 de Março](#)

(SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA)

Fixa a seguinte jurisprudência: em processo por crime público ou semipúblico, o assistente que não deduziu acusação autónoma nem aderiu à acusação pública pode recorrer da decisão de não pronúncia, em instrução requerida pelo arguido, e da sentença absolutória, mesmo não havendo recurso do Ministério Público.

• REGISTOS

[PORTARIA n.º 89/2011, de 28 de Fevereiro](#)

(MINISTÉRIO DA JUSTIÇA)

Disponibiliza novos postos de atendimento do serviço Associação na Hora.

18. JUVENTUDE

[DECRETO-LEI n.º 32/2011, de 07 de Março](#)

(PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS)

Estabelece o regime jurídico de acesso e de exercício da actividade de organização de campos de férias.

[DESPACHO n.º 4371/2011, de 10 de Março](#)

(MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL)

Fixa um conjunto de medidas que se destinam a aumentar a competitividade do mercado de trabalho, designadamente por via de iniciativas que visam reforçar a empregabilidade dos jovens e dos desempregados e melhorar a eficiência dos serviços de emprego e formação profissional.

19. REGIÕES AUTÓNOMAS

• AÇORES

[DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL n.º 4/2011/A, de 03 de Março](#)

(REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA)

Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 19/2009/A, de 30 de Novembro, que cria o Vale Saúde na Região Autónoma dos Açores.

[DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL n.º 5/2011/A, de 03 de Março](#)

(REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA)

Estabelece o regime de dispensa de medicamentos em unidose pelos serviços farmacêuticos das unidades de saúde do Serviço Regional de Saúde e pelas farmácias de oficina instaladas na Região Autónoma dos Açores.

[DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL n.º 6/2011/A, de 10 de Março](#)

(REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA)

Estabelece o regime jurídico das farmácias de oficina na Região Autónoma dos Açores.

• MADEIRA

[DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL n.º 4/2011/M, de 11 de Março](#)

(REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA)

Altera o Decreto Legislativo Regional n.º 2/2011/M, de 10 de Janeiro, que aprova o Orçamento da Região Autónoma da Madeira para 2011.

20. SAÚDE

[DECRETO-LEI n.º 30/2011, de 02 de Março](#)

(MINISTÉRIO DA SAÚDE)

Funde várias unidades de saúde e cria o Centro Hospitalar de São João, E. P. E., o Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, E. P. E., o Centro Hospitalar do Baixo Vouga, E. P. E., o Centro Hospitalar Tondela-Viseu, E. P. E., e o Centro Hospitalar de Leiria-Pombal, E. P. E., e altera o Centro Hospitalar do Porto, E. P. E.

21. TRABALHO

• FORMAÇÃO PROFISSIONAL

[PORTARIA n.º 92/2011, de 28 de Fevereiro](#)

(MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL)

Regula o Programa de Estágios Profissionais.

[DESPACHO n.º 4371/2011, de 10 de Março](#)

(MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL)

Fixa um conjunto de medidas que se destinam a aumentar a competitividade do mercado de trabalho, designadamente por via de iniciativas que visam reforçar a empregabilidade dos jovens e dos desempregados e melhorar a eficiência dos serviços de emprego e formação profissional.

22. TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

- **SEGURANÇA RODOVIÁRIA**

[DECRETO REGULAMENTAR n.º 2/2011, de 03 de Março](#)

(MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA)

Introduz novos símbolos e sinais de informação relativos à cobrança electrónica de portagens em lanços e sublanços de auto-estradas e aos radares de controlos de velocidades, procedendo à quarta alteração do Regulamento de Sinalização do Trânsito, aprovado pelo Decreto Regulamentar n.º 22-A/98, de 1 de Outubro.

- **TRANSPORTES**

[PORTARIA n.º 99/2011, de 11 de Março](#)

(MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DA ECONOMIA, DA INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO)

Actualiza as taxas do imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos (ISP).

23. TURISMO E LAZER

[DECRETO-LEI n.º 32/2011, de 07 de Março](#)

(PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS)

Estabelece o regime jurídico de acesso e de exercício da actividade de organização de campos de férias.

[DECRETO-LEI n.º 35/2011, de 08 de Março](#)

(MINISTÉRIO DA CULTURA)

Cria a Côa Parque - Fundação para a Salvaguarda e Valorização do Vale do Côa e aprova os respectivos Estatutos.

[DECRETO-LEI n.º 37/2011, de 10 de Março](#)

(MINISTÉRIO DA ECONOMIA, DA INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO)

Altera o regime dos contratos de utilização periódica de bens, de aquisição de produtos de férias de longa duração, de revenda e de troca (time sharing), transpondo a Directiva n.º 2008/122/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de Janeiro de 2009.